



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº 10675.003148/2002-97

Recurso nº 133.881 Voluntário

Matéria PIS

Acórdão nº 202-19.123

Sessão de 02 de julho de 2008

Recorrente ENGESET ENGENHARIA E SERVIÇOS DE TELEMÁTICA S/A

Recorrida DRJ em Juiz de Fora - MG

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP**

Período de apuração: 01/07/1997 a 31/07/1997

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.**

É nulo o auto de infração lavrado cuja motivação não foi confirmada pelos fatos apurados, bem como a indevida alteração da motivação original pela decisão *a quo*, sem observância do disposto no § 3º do art. 18 do Decreto nº 70.235/72.

**DÉBITO DECLARADO EM DCTF. CONFISSÃO DE DÍVIDA.**

Nos termos do Decreto-Lei nº 2.124, de 13/06/1984, os débitos constantes de declarações apresentadas à Secretaria da Receita Federal constituirão confissão de dívida e, se devidos e não recolhidos ou depositados judicialmente, ficarão sujeitos à inscrição em dívida ativa da União e aos acréscimos legais pertinentes. Compete à recorrente, se for o caso, provar por meios de sua escrita fiscal, lastreada em documentos, o erro material perpetrado na DCTF.

Processo anulado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da segunda câmara do segundo conselho de contribuintes, por unanimidade de votos, em anular o processo *ab initio*.

ANTONIO CARLOS ATULIM

Presidente

|                                       |                        |
|---------------------------------------|------------------------|
| MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE | CONFERE COM O ORIGINAL |
| Brasília, 22, 08, 08                  |                        |
| Ivana Cláudia Silva Castro            |                        |
| Mat. Slape 92136                      |                        |

*Maria Cristina Roza da Costa*

MARIA CRISTINA ROZA DA COSTA

Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Gustavo Kelly Alencar, Nadja Rodrigues Romero, Antônio Lisboa Cardoso, Antonio Zomer, Domingos de Sá Filho e Maria Teresa Martinez López.

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário apresentado contra decisão proferida pela 2ª Turma de Julgamento da DRJ em Juiz de Fora - MG.

O acórdão recorrido informa os seguintes fatos:

*"O Auto de Infração (AI) da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS (fls. 17/22), no valor de R\$ [...], lavrado em 10/05/2002, pela fiscalização da Delegacia da Receita Federal de Uberlândia, com ciência pela interessada, por via postal, em 13/06/2002. O total do crédito tributário é de R\$ [...]. (os valores constantes do original foram excluídos)*

*Conforme consta da 'Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal' o contribuinte não teria recolhido os valores da contribuição referente ao período de apuração JULHO de 1997, visto que a Auditoria Interna na DCTF que detectou processo judicial não comprovado.*

*A contribuinte, mediante a impugnação de fls. 01/04, aduziu, em resumo, que o depósito do montante integral, conforme art. 151 do CTN (inc. II), suspende a exigibilidade do crédito e que o lançamento teria resultado de informação equivocada na DCTF."*

Apreciando as razões apresentadas pela impugnante, a Turma Julgadora proferiu decisão sintetizada na seguinte ementa:

*"Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep*

*Data do fato gerador: 01/07/1997*

*Ementa: FALTA DE RECOLHIMENTO. A falta de recolhimento da contribuição enseja o lançamento de ofício, não se aplicando multa de ofício para os valores declarados em DCTF. Somente o depósito judicial do montante o valor integral do débito o suspende*

*Lançamento Procedente em Parte".*

*C*

*CR*

*2*

|                                       |                        |
|---------------------------------------|------------------------|
| MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE | CONFERE COM O ORIGINAL |
| Brasília, 22 / 08 / 08                |                        |
| Ivana Cláudia Silva Castro            |                        |
| Mat. Siape 92136                      |                        |

CO02/C02  
Fls. 80

O provimento parcial foi no sentido de exigir da autuada o valor da contribuição relativa ao período de apuração de 07/97, acrescido do valor da multa de mora e dos juros de mora.

Ciente da decisão em 14/02/2006 (fl.39), a empresa apresentou em 13/03/2006 recurso voluntário a este Eg. Conselho de Contribuintes com as mesmas razões de defesa aduzidas na impugnação e, ainda, que se algum crédito tributário fosse devido, seria somente a diferença entre o valor declarado na DCTF e o valor depositado judicialmente para o mês de julho de 1997; reporta-se ao art. 63 da Lei nº 9.430/96 para afastar a exigência da multa de mora, uma vez que estava beneficiada por medida liminar que autorizou o depósito judicial.

Alfim requer o provimento do recurso com extinção do crédito tributário exigido ou, alternativamente, seja deduzido o valor depositado em juízo, sem incidência de multa de mora.

É o Relatório.

## Voto

Conselheira MARIA CRISTINA ROZA DA COSTA, Relatora

O recurso voluntário é tempestivo e preenche as demais condições necessárias à sua admissibilidade e conhecimento.

Trata-se de auto de infração eletrônico, expedido pelo Serpro, a partir da revisão interna de DCTF, constituindo em procedimento sumário, lastreado unicamente no rastreamento de informações constantes dos sistemas eletrônicos, desprovido de qualquer checagem manual, cuja motivação é a falta de recolhimento ou pagamento do principal e declaração inexata (fl. 18), constando da DCTF estar o crédito tributário com a exigibilidade suspensa em razão do Processo Judicial nº 96.0303936-0, cuja ocorrência é “proc. jud não comprovad” (fl. 27).

Preliminarmente deve ser destacado que o acórdão recorrido alterou a motivação que ensejou o lançamento de ofício, na medida em que, reconhecendo a existência do processo judicial, que na motivação original foi dado como não comprovado, entendeu que o depósito judicial foi efetuado a menor e intempestivamente e, por esse novo motivo, não teria havido a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Restou malferido o art. 10 do Decreto nº 70.235/72, que rege o Processo Administrativo Fiscal, mormente na parte em que considera essencial a correta descrição dos fatos que ensejaram a exigência fiscal, bem como sua correlação com a realidade.

De pronto verifica-se ser improcedente a motivação em que se fundou a lavratura do referido auto de infração e mais indevida ainda a alteração desta motivação pelo acórdão recorrido, sem que se observassem os termos § 3º do art. 18 do Decreto nº 70.235/72.

Também se constata que o número do processo judicial de Mandado de Segurança é, efetivamente, o registrado na DCTF, conforme se constata pela informação fiscal de fls. 59/63, a qual confirma, também, a efetividade dos depósitos judiciais.

cl  
3

Em decorrência desses fatos que comprovam as irregularidades praticadas no âmbito da formalização da exigência fiscal, os argumentos de defesa relativos ao mérito não serão aqui analisados por despicio.

Esclareça-se que, nos termos do Decreto-Lei nº 2.124, de 13/06/1984, os débitos constantes de declarações apresentadas à Secretaria da Receita Federal constituirão confissão de dívida e, se devidos e não recolhidos ou depositados judicialmente, ficarão sujeitos à inscrição em dívida ativa da União e aos acréscimos legais pertinentes. Compete à recorrente, se for o caso, provar por meios de sua escrita fiscal, lastreada em documentos, o erro material alegado que foi perpetrado na DCTF em foco.

Com essas considerações, voto por declarar nulo o processo *ab initio*.

Sala das Sessões, em 02 de julho de 2008.

  
MARIA CRISTINA ROZA DA COSTA